



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 28/14

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOLEGÃ, REALIZADA NO DIA 7 DE JULHO DO ANO DE 2014:

Aos sete dias do mês de julho de dois mil e catorze, nesta vila da Golegã, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, com a presença do Excelentíssimo Presidente, Rui Manuel Lince Singeis Medinas Duarte que presidiu e dos Senhores Vereadores Rui Manuel Luís Cunha, Ana Isabel Madeira Mota Sampaio Caixinha Duque e José António Godinho Lopes. Estiveram presentes o Senhor Chefe da Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente, Acácio Galrinho Nunes, a Senhora Chefe da Divisão de Intervenção Social, Elsa Catarina Petinga Lourenço, o Técnico Superior da Divisão de Administração e Finanças, Senhor António Carlos da Costa Camilo e o Senhor Assistente Técnico Paulo Manuel de Matos Caixinha a fim de prestarem quaisquer esclarecimentos necessários. Secretariou a reunião a Assistente Técnica Senhora Isabel Maria da Conceição Centeio Gameiro.

INÍCIO:

Quando eram quinze horas e vinte minutos, verificando-se a existência de quórum o Excelentíssimo Presidente declarou aberta a reunião.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Período fixado nos termos do artigo 52º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

APROVAÇÃO DA ATA:

O Excelentíssimo Presidente solicitou a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros, tendo sido esta aprovada por unanimidade.

Reunião de 7/7/2014



----- **DISPONIBILIDADE DE TESOURARIA:** -----

----- A Câmara tomou conhecimento do balancete de Tesouraria relativo ao último dia útil, o qual acusa um saldo de disponibilidades no valor de 89.144,56€ (Oitenta e nove mil cento e quarenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos); -----

----- Operações Orçamentais: 27.698,26€ (Vinte e sete mil seiscentos e noventa e oito euros e vinte e seis cêntimos); -----

----- Operações não Orçamentais: 13.521,89€ (Treze mil quinhentos e vinte e um euros e oitenta e nove cêntimos) -----

----- **FALTAS:** -----

----- Foi justificada a falta da senhora vereadora Nair Cristina dos Santos Gonçalves Henriques da Luz por se encontrar a gozar um período de férias.-----

----- **INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO:** -----

----- O Senhor Presidente deu a palavra aos Senhores Vereadores para tratamento de assuntos gerais para a autarquia. -----

----- **Limpeza e desobstrução da Estrada do Porto das Pereiras:**-----

----- O senhor vereador José Godinho Lopes disse que se congratulava com o facto da desobstrução e limpeza da Estrada do Porto das Pereiras já terem sido efetuadas, tendo o Excelentíssimo Presidente frisado que o serviço já estava planeado, só não se tinha concretizado por indisponibilidade de meios, não se devendo a sua concretização ao facto do assunto ter sido abordado na última reunião pública.-----

----- **Evento no Largo da Imaculada Conceição:**-----

----- O senhor vereador José Godinho Lopes lamentou o facto de, mais uma vez, não ter sido informado do evento que se iria realizar, tendo o senhor Vice-Presidente esclarecido que isso só se prende com o facto de o assunto ter sido tratado num curto espaço de tempo.-----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

----- **Escola Básica do 1.º Ciclo do Pombalinho:**-----

----- A senhora vereadora Ana Isabel Caixinha perguntou se já existia mais alguma informação sobre a Escola Básica do 1.º Ciclo do Pombalinho, ao que o Excelentíssimo Presidente respondeu que ainda não tinha recebido nenhuma resposta, mas que no dia 4 de julho tinha enviado um e-mail ao Dr.º João Passarinho, reforçando o contacto telefónico do início da semana, para saber se vai ou não funcionar a Escola Básica do 1.º Ciclo do Pombalinho no ano letivo 2014/2015.-----

----- **Estradas de Portugal:**-----

----- A senhora vereadora Ana Isabel Caixinha perguntou se já tinha realizado a reunião com as Estradas de Portugal, ao que o Excelentíssimo Presidente respondeu que ainda não tinha sido realizada e que já tinham insistido no pedido de realização da mesma, e que a Câmara irá realizar os trabalhos necessários no troço junto aos rails de proteção na lagoa da Alverca. O Excelentíssimo Presidente referiu que quando solicitou a reunião, tinha sido pedido que fosse discutida uma solução para o tráfego no troço urbano da Azinhaga.-----

----- **XTerra World Tour:**-----

----- A senhora vereadora Ana Isabel Caixinha referiu que a maneira como o Excelentíssimo Presidente se referiu aos valores gastos com o XTerra World Tour na Sessão da Assembleia Municipal do passado dia 30 de junho, lhe pareceu que os valores lhe tinham causado estranheza, ao que o Excelentíssimo Presidente respondeu que se sabia que o evento implicaria gastos com a instalação, montagem, vigilância e conseqüente desmontagem da ponte, rondando estes serviços o valor de 10.000,00€, que corresponde ao valor a um apoio logístico, e que até à altura, só tinham sido referidos os valores relativos ao apoio financeiro.-----

----- **Formação de turmas no Ensino Básico do 1.º Ciclo:**-----

Reunião de 7/7/2014

----- O senhor Vice-Presidente disse que tinha solicitado às juntas de freguesia do concelho, à Associação de Pais e Encarregados de Educação, ao Conselho Pedagógico e ao Conselho Geral do Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho para que emitissem um parecer sobre a formação e o número de turmas que deveríamos ter no Agrupamento, pareceres esses que vão servir de base para o envio de uma exposição ao Dr.º João Passarinho, no sentido de se tentar minimizar os efeitos da constituição de turmas mistas, tendo o Excelentíssimo Presidente referido que do contacto que efetuou, soube que a resolução estava pendente, somente aguardando pelo despacho da tutela.-----

----- **Proposta de alteração da Tabela de Taxas e Tarifas do Município da Golegã:**-----

----- O Excelentíssimo Presidente referiu que a fase de inquérito público da proposta de alteração da Tabela de Taxas e Tarifas do Município da Golegã terminou no passado dia 30 de junho.-----

----- **Proposta de Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade no Concelho da Golegã:**-----

----- O Excelentíssimo Presidente informou que a proposta de Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade no Concelho da Golegã continua em fase de inquérito público e que era conveniente que se verificasse se era necessária mais alguma alteração.-----

----- **Apoio para aquisição de manuais escolares:**-----

----- O Excelentíssimo Presidente solicitou que o senhor Vice - Presidente e a chefe da DIS incluíssem no apoio social escolar o apoio para aquisição de manuais escolares.-----

----- **ORDEM DO DIA:** -----

----- **1 - Unidade de Saúde Familiar Campus Saúde da Golegã:**-----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente à Câmara uma informação da USF CampusSaúde, datada de 27 de junho de 2014, sobre algumas alterações de funcionamento da Unidade de Saúde, decorrentes da aposentação do Dr.º Fernando Santos.-----

----- O Excelentíssimo Presidente disse que tinha pedido uma informação ao Dr.º Barroso sobre a aposentação do Dr.º Fernando Santos e da distribuição dos doentes pelos restantes três médicos, a qual se transcreve:-----

“Exmo. Senhor Coordenador da USF CampusSaúde -----

Dr. António Barroso Silva-----

Na minha qualidade de Presidente de Câmara, e no âmbito do Modelo Organizacional dos Centros de Saúde (CS) que atualmente está em vigor em Portugal, entendo e aceito a autonomia funcional e técnica de que gozam as Unidades de Saúde Familiar (USF’s), independentemente do seu grau de diferenciação, no que concerne à sua gestão e à organização dos serviços que prestam aos utentes. Assim é, estou certo, com a Unidade de Saúde Familiar CampusSaúde da Golegã.-----

No entanto, de acordo com a alínea g) do nº2 do artigo 23º da Lei nº75/2013 que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, os municípios dispõem de atribuições em diversos domínios, concretamente no da saúde. O mesmo se aplica às freguesias, no domínio dos cuidados primários de saúde. Certamente, como compreenderá, não é meu propósito “meter a foice em seara alheia”, apenas reivindico, até porque é esse o meu dever perante os meus municipais, o direito de intervir na defesa dos seus superiores interesses, participando e apresentando contributos que possam gerar soluções mais equilibradas, nomeadamente numa matéria tão sensível como a saúde.-----



Parece-me pois que, face às alterações que se verificam na prestação de cuidados de saúde à comunidade por via da aposentação do Drº Fernando Santos, a solução preconizada de forma unilateral, sem auscultação prévia do Presidente de Câmara e dos Presidentes de Junta, pela USF CampuSaúde, de concentrar na Golegã a prestação de cuidados médicos, não é de todo, salvo melhor opinião, a que melhor serve os interesses dos utentes da Azinhaga e do Pombalinho, nomeadamente de todos aqueles que por razões diversas apresentam menores capacidades financeiras e maiores dificuldades de mobilidade.-----

Parece-me ainda que, numa dimensão de coesão territorial entre a três freguesias, que se deve de verificar, a solução preconizada é profundamente injusta.-----

A convicção que possuo é a de que, será mais justo, mais fácil, menos dispendioso e menos perturbador para muitos dos utentes, especialmente para os idosos e para os mais vulneráveis, se a solução a adotar, num contexto transitório, passar por manter nas freguesias de Azinhaga e Pombalinho todos os serviços até agora prestados, ou seja, cuidados médicos, atendimento de enfermagem e apoio administrativo, em níveis de atendimento e com uma carga horária reduzida por via da diminuição do número de Médicos de Família que, como sabemos, passou de quatro para três, mantendo-se assim a mesma capacidade instalada no que concerne aos enfermeiros e ao pessoal administrativo.-----

Enfim, parece-me legitimo defender uma solução que não faça deslocar as pessoas, mas sim os prestadores de serviços.-----

Permita-me ainda uma última consideração, em jeito de reflexão, no que diz respeito à capacidade instalada na Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga e à Casa do Povo do Pombalinho, que funcionando em rede, podem constituir-se, caso seja necessário, como parceiros determinantes no apoio aos utentes.-----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

Neste contexto, renovo-lhe o pedido e a disponibilidade que lhe transmiti no email que lhe envie na passada terça-feira, dia 1 de julho, que transcrevo de seguida:-----

“Permita-me que, antes de mais, lhe agradeça o envio da informação que lhe solicitei relativa às alterações de funcionamento da Unidade de Saúde, motivadas pela aposentação do Drº Fernando Santos. De acordo com a nossa conversa tida hoje pela manhã, e com o propósito de obter mais informação sobre este assunto, rogo-lhe que me possa informar com a brevidade possível sobre a prestação de serviços que vinha sendo assegurada nas três Freguesias, ainda com o Drº Fernando Santos em funções, no que diz respeito a cuidados médicos, atendimento de enfermagem e apoio administrativo, quer ao longo do ano, quer em período de férias.”-----

“Participo-lhe ainda, uma vez mais, a minha vontade e total disponibilidade em me implicar, em conjunto com a Unidade CampusSaúde e com a Direção Executiva do ACES da Lezíria, na procura urgente de uma solução estável e duradoura que permita a colocação de mais um Médico de Família no Concelho, assegurando dessa forma às populações o nível de serviço e de atendimento verificados até aqui.”-----

Ainda de acordo com as conversas telefónicas que mantivemos durante a semana, solicito-lhe informações sobre os desenvolvimentos deste assunto na reunião tida ontem, quinta-feira, dia 3, com a Diretora Executiva do ACES da Lezíria, Dr.ª Paula Rodrigues. Como também lhe sugeri, considero ser da maior pertinência, e agora inadiável, realizar uma reunião entre nós e em que também estejam presentes os Presidentes de Junta de Freguesia.-----

Antecipadamente grato, queira aceitar, Senhor Drº António Barroso, os meus cumprimentos.----

O Presidente da Câmara-----

Rui Lince Medinas”-----

----- O Excelentíssimo Presidente deu conhecimento que tinha questionado a Dr.^a Paula Rodrigues sobre a possibilidade de a Câmara, caso o Ministério da Saúde não tivesse verba orçamental, que se não houvesse essa colocação por o orçamento estar esgotado, deliberar assumir o encargo com a colocação do clínico, tendo-lhe sido respondido que essa hipótese era viável.-----

----- A senhora vereadora Ana Isabel Caixinha perguntou se as alterações posteriormente ocorridas referentes à freguesia de Azinhaga tinham sido comunicadas ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga, ao que o Excelentíssimo Presidente respondeu que sim, mas que a ele quem tinha dado conhecimento tinha sido a Dr.^a Paula Rodrigues, e que achava importante que se fizesse um contacto com os eleitos pelo círculo de Santarém, frisando que devemos estar na disposição de assegurar o funcionamento de cuidados médicos no Pombalinho, do ponto de vista financeiro. -----

----- O senhor vereador José Godinho Lopes disse que achava que a Câmara deveria fazer tudo o que estiver ao seu alcance para contribuir para que o Pombalinho e Azinhaga não ficassem sem cuidados médicos declarando-se solidário com todas as iniciativas da Câmara Municipal em prol desse objetivo, ao que o Excelentíssimo Presidente respondeu que caso não se tomem estas iniciativas, dificilmente teremos um quarto médico de família no concelho da Golegã.-----

----- A senhora vereadora Ana Isabel Caixinha perguntou porque é que não se começava pela apresentação de uma moção a enviar ao Ministério da Saúde.-----

----- A Câmara tomou conhecimento da informação prestada pelo Excelentíssimo Presidente, e aprovou, por unanimidade, uma moção a apresentar ao Ministério da Saúde, à Assembleia de República, ao Presidente do Conselho de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, aos deputados eleitos pelo círculo de Santarém e às entidades locais de saúde e ação social (documento anexo).-----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

----- 2 - Ratificação do despacho do Excelentíssimo Presidente -----

----- Cedência de espaço público e fecho dos arruamentos no Largo do Miradouro na Azinhaga:-----

----- Foi presente à Câmara o despacho do Excelentíssimo Presidente, datado de 30 de junho de 2014, a autorizar a cedência de espaço público e fecho dos arruamentos no Largo do Miradouro na Azinhaga, no dia 5 de julho de 2014.-----

----- O Excelentíssimo Presidente referiu que não está previsto na Tabela de Taxas e Tarifas valor para uso do Miradouro.-----

----- A senhora vereadora Ana Isabel Caixinha apontou que na informação do Eng.º Francisco Duarte consta que “ O fecho das ruas para a picaria a realizar no dia 5 de julho de 2014 será da responsabilidade do requerente”, pelo que lhe causou bastante estranheza terem sido os funcionários da Câmara a efetuarem esse serviço. -----

----- O senhor vereador José Godinho Lopes perguntou se as despesas da montagem e desmontagem das estruturas provisórias, bem como a alocação de pessoal e equipamentos seria para pagar pelo requerente, ao que o Excelentíssimo Senhor Presidente respondeu afirmativamente. Perante a resposta, o senhor vereador perguntou sobre quais seriam os custos que o requerente iria suportar, uma vez que os mencionados na comunicação não estariam corretos, uma vez que são manifestamente insuficientes face ao serviço prestados. O Excelentíssimo Senhor Presidente informou que os custos apurados viriam a reunião posterior. O senhor vereador José Godinho Lopes disse ainda estranhar o facto de o requerente ter realizado o evento sem saber quais seriam os custos envolvidos. -----

----- O senhor vereador José Godinho Lopes perguntou se as despesas da montagem e desmontagem das estruturas provisórias, bem como a alocação de pessoal e equipamentos seria

Reunião de 7/7/2014

para pagar pelo requerente, ao que o Excelentíssimo Senhor Presidente respondeu afirmativamente. Perante a resposta, o senhor vereador perguntou sobre quais seriam os custos que o requerente iria suportar, uma vez que os mencionados na comunicação não estariam corretos, uma vez que são manifestamente insuficientes face ao serviço prestados. O Excelentíssimo Senhor Presidente informou que os custos apurados viriam a reunião posterior. O senhor vereador José Godinho Lopes disse ainda estranhar o facto de o requerente ter realizado o evento sem saber quais seriam os custos envolvidos. -----

----- O senhor vereador José Godinho Lopes declarou ainda votar contra o despacho, apresentando a seguinte justificação: “Atendendo à cronologia dos documentos anexos, é minha convicção não estarmos na presença das condições excepcionais previstas no ponto 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, considerando assim o despacho desprovido de legalidade, razão pela qual voto contra”. -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, ratificar o despacho do Excelentíssimo Presidente a ceder o espaço público e fecho dos arruamentos no Largo do Miradouro na Azinhaga, ao senhor Tiago Miguel Fernandes Figueiredo, com dois votos contra dos senhores vereadores Ana Isabel Caixinha e José Godinho Lopes e com dois votos a favor do senhor Vice-Presidente e do Excelentíssimo Presidente, tendo o Excelentíssimo Presidente usado o voto de qualidade, nos termos do número 2 do artigo 54º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, devendo a Câmara ser informada dos valores dos serviços efetuados. -----

----- **3 - Constituição de Fundo de Maneio – Colónia de Férias 2014:** -----

----- Foi presente à Câmara a informação n.º 17 da Divisão de Intervenção Social, datada de 5 de junho de 2014, sobre a necessidade da constituição de um fundo de maneio para a Colónia de Férias 2014. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

15

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a constituição do fundo de maneiio no valor de 1000,00€ para a Colónia de Férias 2014, sendo seu titular a Assistente Técnica Sónia Alexandra Carvalho Valadares. -----

----- **4 - Pedido de parecer prévio à Câmara para a celebração de contrato de prestação de serviços para a consultadoria técnica na área financeira, nomeadamente apoio técnico na integração de todas as aplicações da AIRC – Associação de Informática da Região Centro com a respetiva interligação entre elas.** -----

----- O assistente técnico Paulo Caixinha, devidamente autorizado, esclareceu que o contrato de prestação de serviços destina-se a proceder à interligação das aplicações da AIRC.-----

----- Foi presente à Câmara a informação n.º 132 da D.A.F./ Serviço de Aprovisionamento, Património e Armazéns, datada de 1 de julho de 2014, a solicitar pedido de parecer prévio à Câmara para a celebração de contrato de prestação de serviços para a consultadoria técnica na área financeira, nomeadamente apoio técnico na integração de todas as aplicações da AIRC – Associação de Informática da Região Centro com a respetiva interligação entre elas.-----

----- A senhora vereadora Ana Isabel Caixinha disse este processo lhe suscitava as mesmas dúvidas que lhe tinham surgido em relação aos processos similares, presentes em reuniões anteriores.-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da senhora vereadora Ana Isabel Caixinha e os três votos a favor do senhor vereador José Godinho Lopes, do senhor Vice - Presidente e do Excelentíssimo Presidente, aprovar o pedido de parecer prévio para a celebração de contrato de prestação de serviços para a consultadoria técnica na área financeira, nomeadamente apoio técnico na integração de todas as aplicações da AIRC – Associação de Informática da Região Centro com a respetiva interligação entre elas.-----

----- **5 - Pedido de parecer prévio à Câmara para a celebração de contratos de prestação de serviços de consultadoria técnica – Juiz de prova de Derbi de Atrelagem.**-----

Reunião de 7/7/2014

FLS 11/15

Ata nº28/14

----- Foi presente à Câmara a informação n.º 130 da D.A.F./ Serviço de Aprovisionamento, Património e Armazéns, datada de 1 de julho de 2014, a solicitar pedido de parecer prévio à Câmara para a celebração de contratos de prestação de serviços de consultoria técnica – Juiz de prova de derbi de atrelagem.-----

----- A senhora vereadora Ana Isabel Caixinha disse este processo lhe suscitava as mesmas dúvidas que lhe tinham surgido em relação aos processos similares, presentes em reuniões anteriores.-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da senhora vereadora Ana Isabel Caixinha, com o voto contra do senhor vereador José Godinho Lopes e com os dois votos a favor do senhor Vice-Presidente e do Excelentíssimo Presidente, aprovar o pedido de parecer para a celebração de contratos de prestação de serviços de consultoria técnica – Juiz de prova de derbi de atrelagem.-----

----- **6 - Fundo Social dos Servidores da Câmara Municipal da Golegã:** -----

----- Foi presente à Câmara uma informação da Direção o Fundo Social dos Servidores da Câmara Municipal da Golegã, datada de 24 de março de 2014, a reforçar a necessidade de atribuição de subsídio.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder ao Fundo Social dos Servidores da Câmara Municipal da Golegã um subsídio no valor de 12000,00€, devendo o valor de 7000,00€ ser pago durante o mês de julho, e o remanescente em prestações mensais e sucessivas de 1000,00€.-----

----- **7 - Sandra Maria Pereira Gonçalves** -----

----- **Pedido de isenção do pagamento da Colónia de Férias e Juventude Radical:** -----

----- Foi presente à Câmara o requerimento n.º 3151 de Sandra Maria Pereira Gonçalves, datado de 19 de junho de 2014, a solicitar a isenção do pagamento da frequência Colónia de Férias e Juventude Radical, pelos seus filhos Maria Inês Gonçalves e João Paulo Gonçalves Rebelo.-----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature and initials]

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a senhora D. Sandra Maria Pereira Gonçalves do pagamento da frequência Colónia de Férias e Juventude Radical, pelos seus filhos Maria Inês Gonçalves e João Paulo Gonçalves Rebelo.-----

----- **8 - Maria Rita Silva Sousa Tó** -----

----- **Pedido de pagamento da dívida de água em prestações:**-----

----- Foi presente à Câmara o requerimento n.º 848 de Maria Rita Silva Sousa Tó, datado de 21 de fevereiro de 2014, a solicitar o pagamento da dívida de água em prestações.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o pagamento da dívida de água no valor de 692,95€, em 23 prestações mensais e sucessivas no valor de 28,87 euros cada, com início no mês de julho de 2014, e a 24.ª prestação com o valor remanescente. -----

----- **9 - Adelina Catarino da Silva**-----

----- **9.1 - Pedido de pagamento da dívida da renda referente ao mês de abril de 2014 sem juros:**-----

----- Foi presente à Câmara o requerimento n.º 1901 de Adelina Catarino da Silva, datado de 15 de abril de 2014, a solicitar o pagamento da dívida da renda de casa, referente ao mês de abril de 2014, sem o acréscimo de juros.-----

----- O senhor vereador José Godinho Lopes afirmou que, em coerência com posições anteriores sobre o tema, concorda com o perdão de juros, desde que o requerente cumpra com o acordo de regularização, referindo a importância da solidariedade da Câmara Municipal perante munícipes em dificuldade, mas exigindo responsabilidade aos mesmos. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a senhora D. Adelina Catarino da Silva do pagamento dos juros referentes à renda em atraso da habitação social, do mês de abril último, caso o pagamento do valor da renda já tenha sido efetuado, ou que o seja, até ao último dia útil do mês de julho de 2014.-----

Reunião de 7/7/2014

----- **9.2. - Pedido de pagamento da renda referente ao mês de junho de 2014 sem juros:**

----- Foi presente à Câmara o requerimento n.º 3258 de Adelina Catarino da Silva, datado de 26 de junho de 2014, a solicitar o pagamento da dívida da renda de casa, referente ao mês de junho de 2014, sem acréscimo de juros.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a senhora D. Adelina Catarino da Silva do pagamento dos juros referentes à renda em atraso da habitação social, do mês de junho último, caso o pagamento seja efetuado até ao último dia útil do mês de agosto de 2014.-----

----- **10 - Juventude Social-Democrata – Comissão Política da Secção da Golegã:-----**

----- **Solicita a utilização do auditório Eng.º Ricardo Magalhães - Equuspolis e isenção do pagamento da taxa de utilização:-----**

----- Foi presente à Câmara um pedido da Juventude Social-Democrata – Comissão Política da Secção da Golegã, datado de 1 de abril de 2014, a solicitar a utilização do auditório Eng.º Ricardo Magalhães - Equuspolis e isenção do pagamento da taxa de utilização.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, ceder a utilização do auditório Eng.º Ricardo Magalhães à Juventude Social-Democrata – Comissão Política da Secção da Golegã para o próximo dia 26 de julho das 15.00 às 19.00 horas, bem como isentá-la do pagamento da respetiva taxa de utilização.-----

----- **11 - Estágio da Academia sub-16 do Japão: -----**

----- Foi presente à Câmara uma informação do Senhor Vice-Presidente com uma proposta para realização de um estágio internacional no nosso concelho entre os dias 14 e 30 de agosto de 2014.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a proposta apresentada pelo senhor Vice-Presidente para a realização de um estágio internacional no nosso concelho entre os dias 14 e 30 de agosto de 2014, implicando um pagamento de 22,00€ por dia e por elemento, sendo 25% do valor pago após a aceitação da presente proposta e o restante no dia da chegada dos atletas.-----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

----- **12 - Museu Municipal da Máquina de Escrever**-----

----- **12.1- Henrique Ferreira dos Mártires / Oferta de máquinas de escrever:**-----

----- Foi presente à Câmara uma proposta de Henrique Ferreira dos Mártires para oferta de máquinas de escrever ao Museu Municipal da Máquina de Escrever.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar e agradecer a oferta.-----

----- **12.2 - Maria Angelina de Jesus Galvão Mota Galinha / Oferta de máquina de escrever:** -----

----- Foi presente à Câmara uma proposta de Maria Angelina de Jesus Galvão Mota Galinha para oferta de máquinas de escrever ao Museu Municipal da Máquina de Escrever.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar e agradecer a oferta.-----

----- **13 – Aprovação de deliberação em minuta:**-----

----- Nos termos do n.º3 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado por unanimidade, para que produzam efeitos imediatos, aprovar as deliberações constantes nos pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 9.1. 9.2, 10, 11, 12, 12.1 e 12.2. -----

----- **ENCERRAMENTO:** -----

----- Quando eram dezasseis horas e quarenta minutos o Excelentíssimo Presidente a presidir deu por encerrados os trabalhos desta reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Assistente Técnica.-----

O Senhor Presidente:	
A Assistente Técnica:	



Handwritten signature and initials.

Moção

Na sequência da recente aposentação de um médico de família, e ao abrigo da autonomia técnica e funcional que possui, a coordenação da Unidade de Saúde Familiar CampuSaúde da Golegã, em articulação com a Direcção Executiva do Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria (ACES), decidiu encerrar, por tempo indeterminado, a partir de dia 1 de julho de 2014, a Extensão de Saúde do Pombalinho e diminuir, de cinco para três dias semanais, a prestação de cuidados médicos/consultas, apoio de enfermagem e atendimento administrativo na Extensão de Saúde da Azinhaga.

Dado que o encerramento da extensão de saúde do Pombalinho e a diminuição dos dias de funcionamento na extensão de saúde da Azinhaga prejudica profundamente a qualidade de vida das populações afetadas, que se veem assim obrigadas a percorrer distâncias consideráveis para ter acesso aos cuidados de saúde primários, consideramos que estas medidas são de extrema gravidade para o Concelho da Golegã e prejudicam severamente as populações em causa.

A falta de transportes públicos vem agravar ainda mais a situação dos pacientes, uma vez que muitos não possuem meios para se deslocar em viatura própria ou recursos financeiros para recorrer à utilização de um táxi para as distâncias a percorrer, ou ainda porque as suas condições de mobilidade são já muitíssimo débeis.

Em freguesias com elevada percentagem de população idosa, como são as acima referenciadas, uma parte considerável sofrendo de doenças crónicas que obrigam a constantes deslocações, encerrar extensões de saúde e diminuir os seus períodos de funcionamento, sem a garantia da colocação imediata de um novo médico de família, terá consequências muito graves, afetando consideravelmente a qualidade de vida das populações no que concerne ao acesso aos cuidados de saúde. Atendendo ainda às especificidades da freguesia do Pombalinho, onde o índice de envelhecimento é extremamente elevado, acarretando notórios problemas socioeconómicos, torna-se



difícil por um lado, e previsível por outro, que parte significativa da população tenha asseguradas condições de acesso a um bem fundamental. A Câmara Municipal da Golegã receia, inclusive, que, em virtude das dificuldades, possa haver quem dispense cuidados médicos essenciais para o seu bem-estar, podendo até por em risco a sua saúde ou a própria vida. Situação inaceitável e que repudiamos com toda a firmeza.

Com o intuito de prevenir que os utentes prejudiquem a sua saúde por impossibilidade de deslocação à Unidade de Saúde Familiar CampoSaúde na Golegã, o município irá providenciar meios de transporte às populações, o que acarretará uma despesa extra que, em nossa opinião, deverá ser assumida pela tutela. Num período de contenção de despesas, a opção de acautelar meios de transporte aos utentes revela-se mais dispendiosa que aquela de levar um médico até essas mesmas populações, com a agravante de que, para além de mais onerosa, será mais uma despesa a juntar às sucessivas perdas de receita com que os municípios se vêm confrontando. No caso concreto, seria assumir, por parte dos municípios, uma competência que sempre coube ao Ministério da Saúde: permitir que as populações, onde quer que residam, tenham acesso aos cuidados de saúde primários.

Perante esta situação, A **Câmara Municipal da Golegã**, reunida em 7 de Julho de 2014, **deliberou por unanimidade o seguinte:**

- 1. Opor-se ao encerramento da extensão de saúde do Pombalinho e à diminuição dos dias e horários de funcionamento da extensão de saúde da Azinhaga, mesmo que num contexto transitório.**
- 2. Advertir e responsabilizar o Agrupamento de Centros de Saúde – ACES Lezíria e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo - ARSLVT para as consequências negativas de tais medidas, que irão prejudicar gravemente o Concelho, em especial as populações servidas pelas extensões de saúde supra identificadas.**



Handwritten signature and initials in the top right corner.

3. Solicitar à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo – ARSLVT e ao ACES da Lezíria, uma vez que são estas as entidades, no âmbito das suas atribuições e competências, que tem a responsabilidade de gerir os recursos humanos afetos ao Serviço Nacional de Saúde, a colocação imediata de um médico de família na Unidade de Saúde Familiar CampuSaúde da Golegã.

4. Rogar a intervenção do Ministério da Saúde, da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo - ARSLVT, dos Deputados Eleitos pelo Círculo de Santarém para que as populações em apreço sejam efetivamente tratadas em condições de equidade, de dignidade e de respeito no que concerne ao acesso dos cuidados de saúde primários.

5. Dar conhecimento desta deliberação à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo – ARSLVT, Agrupamento de Centros de Saúde – ACES Lezíria, Deputados Eleitos pelo Círculo de Santarém, Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia e aos Órgãos de Comunicação Social.

Paços do Concelho da Golegã, aos sete dias do mês de julho de 2014

O Presidente da Câmara

Handwritten signature of Rui Linçe Medinas
Rui Linçe Medinas